

**P. P. I.**

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	25. JAN. 1975	REPÚBLICA	

**DESCOLONIZAR O POVO**

**M.A.S.**

**— É NECESSÁRIO**

**UM ESFORÇO NACIONAL**

PÁGINA 3

Fundação Cuidar o Futuro





DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	25. JAN. 1975	REPÚBLICA	

MESA-REDONDA SOBRE ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

M.A.S.

NECESSÁRIO UM ESFORÇO NACIONAL PARA DESCOLONIZAR O POVO

Encerrou-se ontem, num auditório da Fundação Gulbenkian, a mesa-redonda sobre Administração Social, iniciada no passado dia 20, sob a orientação de técnicos da O.N.U., solicitados pelo Governo de Lisboa.

A sessão de encerramento, a que assistiram algumas dezenas de pessoas, presidiu o ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo, vendo-se ainda na assembleia os secretários de Estado da Administração Interna e das Pescas e o subsecretário de Estado da Comunicação Social.

Representando Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, sentou-se na mesa da presidência o dr. Eyvind Hytteb, chefe do Programa Europeu de Desenvolvimento Social, da O.N.U..

Impõem-se reformas radicais

Procedendo à leitura das conclusões, disse a dr.ª Maria Teresa Santa Clara Gomes:

Durante os trabalhos, a mesa-redonda teve que encarar o dilema de como reconciliar a necessidade urgente de deliberações e acções práticas nos sectores da saúde, da segurança social e dos objectivos de desenvolvimento social global do Governo, com a grande carência de recursos humanos e materiais existentes, com a incerteza sobre acontecimentos futuros e com a persistência de tradições, interesses e hábitos radicados que se opõem aos objectivos sociais inovadores do Governo. Os participantes concordaram que a melhor maneira de encarar estes problemas tinha que se basear no conceito claro da singularidade da situação existente em Portugal e que qual-  
 que seja a solução proposta tenha que ser considerada essa situação e as potencialidades do país — embora se admitisse que um dado número destes problemas fossem semelhantes a problemas de outros países europeus.

Segundo o mesmo documento os participantes portugueses e estrangeiros são de parecer que é preciso tomar decisões rápidas no que toca às necessidades mais gritantes, servindo-se, de forma imaginativa dos recursos limitados de que se dispõe, e ao mesmo tempo sem esquecer que são precisas reformas radicais e profundas a fim de atingir os objectivos finais da política social planeada.

Contudo esses fins só poderão ser atingidos a longo prazo requerendo mudanças estruturais o que não obsta, no entanto, a um melhor aproveitamento e racionalização dos recursos existentes, sem que haja novos investimentos em dispositivos dispendiosos e complicados.

Pela participação popular

Ficou assente que a democratização da vida pública e a participação das forças populares na definição e execução da política social constituíam necessidades essenciais que não só inspiraram a formulação do programa de acção do Ministério como serão cruciais na sua implantação. Ao considerar esta questão, foi visto que era importante ter uma noção clara da história política e económica recente de Portugal, com a sua herança de ignorâncias, de resignação e passividade em certos sectores da população, com a tradição concommitante de paternalismo e arrogância por parte dos que detêm o poder nos processos de decisão e de administração.

— Afirma-se nas «conclusões», considerando o princípio (já anteriormente expresso pela eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo) de que qualquer programa social deveria ser condicionado por um processo contínuo de consultas à população.

Há, no entanto, «obstácu-

los graves» aos fins socializantes dos novos programas no campo da saúde e da segurança social. A este propósito consideraram os participantes na mesa-redonda que é urgente identificar quais destes obstáculos podem ser ultrapassados pelo reordenamento de objectivos nacionais, pela redistribuição de recursos, por reformas administrativas e organizacionais ou, naqueles casos onde haja uma resistência consciente por parte de grupos ou forças identificáveis, por uma intervenção concreta no sentido de eliminar privilégios anti-so-

ciais e interesses estabelecidos, em todos estes casos, verificou-se tratar-se basicamente de uma questão de vontade política e encontrar a maneira de melhor executar programas e políticas sociais a fim de ir ao encontro das necessidades e expectativas da população.

Colocar ao dispor dos mais necessitados serviços e benefícios

«Houve acordo em que os objectivos sociais, tais como

(CONTINUA NA PÁG. TREZE)

o Futuro





DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	25. JAN. 1977	REPÚBLICA	

# DESCOLONIZAR O POVO

**M.A.S.**

(CONT. DA PÁGINA TRES)

estão definidos pelo Governo, vão requerer um esforço nacional de grande envergadura a fim de serem realizados, e que poderão mesmo estar dependentes para esse realização plena, de um clima de estabilidade económica e política e de uma prosperidade geral e crescente, considerando os vastos recursos materiais que são necessários para assegurar níveis mais elevados de saúde e de segurança social para a população» — diz o documento.

No entanto, considerou-se que embora fosse preciso um maior crescimento económico para atingir níveis óptimos e para alargar o campo dos esforços de desenvolvimento social, já se podem desde já realizar grandes melhoramentos através de uma utilização mais justa e eficiente dos recursos disponíveis, pondo ao dispor dos mais necessitados serviços e benefícios e iniciando o processo de redistribuição de recursos e oportunidades. O desenvolvimento social, na base destes conceitos, e mais do que a criação de serviços e instituições, é um instrumento de justiça social e de igualdade — objectivos esses que podem ser atingidos independentemente do crescimento material. Nesta perspectiva, a mesa-redonda conclui que enquanto prevalecerem estes objectivos e enquanto constituírem preocupações fundamentais do país estarão criadas as motivações e os recursos necessários para se poder ultrapassar os obstáculos que irão

surgindo, e para organizar um sistema justo e eficiente de cuidados de saúde, de segurança social, de bem-estar social e de protecção daqueles que dela precisam, assim como outras medidas para estimular o desenvolvimento social mais profundo do país».

nosso povo se possa fazer rapidamente com a colaboração dos nossos amigos» — disse em certo ponto.

«Não podemos falar de encerramento. Esta mesa-redonda fica adiada».

## A O. N. U.

### colaborará

«Conseguimos realizar em Portugal a primeira reunião oficial» — afirmou, na sequência das conclusões o representante da O.N.U., dr. Eyvind Hytten. «Esta reunião não tem apenas importância histórica. É também importante porque o tema nos interessa a todos, portugueses e estrangeiros». O chefe do programa europeu de desenvolvimento das Nações Unidas considerou ainda que embora os problemas de segurança social e de saúde sejam difíceis em Portugal é necessário fugir dos erros já verificados em outras experiências e marchar com passo firme no caminho «difícil mas fascinante da nova democracia».

Referindo-se ao encerramento dos trabalhos afirmou o dr. Hytten que o acto em que estavam envolvidos era não o de uma sessão final mas o «fim do princípio da nossa cooperação, que esperamos se continue no futuro e a que daremos o nosso melhor apoio».

Em representação dos técnicos da O.M.S. defendeu o dr. Glyn Thomas, que a boa vontade dos técnicos portugueses levaria a um bom trabalho no campo da saúde pública.

Dominique Ceccaldi, inspector do Ministério da Saúde de França, fez um ponto das ideias que levaria da situação portuguesa, afirmando que o povo pacífico contrasta com os textos revolucionários propostos pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

Falando em nome da representação estrangeira agradeceu às autoridades portuguesas o acolhimento de que foram alvo.

A encerrar usou da palavra, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo defendendo que a definição de servidores do Estado se deve confundir o mais breve possível com a de servidores do povo. Considerou que importa dinamizar os serviços públicos de maneira a que eles potenciem a satisfação das necessidades de um maior número de cidadãos.

Referindo-se à colaboração dos organismos internacionais (O.N.U., O.M.S., e Associação Internacional de Segurança Social) a ministra dos Assuntos Sociais declarou ser desejo das nove autoridades portuguesas abrir as portas aos países amigos e congratulou-se com o facto de o Comité de Descolonização se reunir em Lisboa em Abril e Maio próximos.

«Que a descolonização do

Futuro